

mercado

Reformas unificam tributos sobre bens e serviços

Principais propostas em tramitação no Congresso

	Tributos extintos	Tributos criados	Arrecadação em 2019 (em R\$ bi)	Parcela da arrecadação nacional (em %)	Alíquota	Transição do sistema de cobrança dos tributos	Concessão de benefícios
Proposta do governo PL 3887/2020	• PIS • Cofins	CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)	313	12,8	Padrão de 12%	Seis meses	• Simples e Zona Franca de Manaus mantidos. Isenção na venda de imóveis residenciais para pessoas físicas, operações entre cooperativas e associados, cesta básica e serviços de transporte público coletivo
Proposta da Câmara PEC 45/2019	• PIS • Cofins • IPI • ICMS • ISS	IBS + Imposto Seletivo Federal	969	38,5	Estimada em 25%	Dez anos	• Não permite • Adesão opcional para o Simples
Proposta do Senado PEC 110/2019	• PIS • Cofins • IPI • ICMS • ISS • Salário Educação • Cide Combustíveis • IOF • CSLL	IBS + Imposto Seletivo Federal	1.124	44,7	Estimada em 25%	Seis anos	• Para alimentos, medicamentos, transporte público coletivo, bens do ativo imobilizado, saneamento e educação

Fontes: Ministério da Economia, Câmara dos Deputados, Senado Federal, estudo Consolidação da Carga Tributária Bruta de 2019 (José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Castro)

Novo comando do Congresso quer aprovar reforma tributária até outubro

Proposta a ser votada gera receio na equipe econômica, que tem projeto mais simples

BRASÍLIA Os novos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), definiram um cronograma para a reforma tributária. Ficou estabelecido, em encontro na manhã desta quinta(4), que a apresentação do relatório da comissão mista vai ocorrer até o final deste mês. Ambos acreditam que a reforma seja aprovada em definitivo no Congresso entre agosto e outubro. Em reunião realizada à tarde, os líderes partidários definiram outras pautas prioritárias a serem votadas na Câmara a partir da próxima terça (9), quando ocorre a primeira sessão deste ano legislativo. Os líderes afirmaram que serão votados projetos sobre autonomia do Banco Central, as sugestões de mudança na lei cambial — o texto-base já foi votado no ano passado — e um texto que pune quem desrespeita a ordem de prioridade da vacinação. A pena prevista é de detenção de um a três anos e pagamento de multa. Também estão previstos um projeto que prevê reclusão de um a cinco anos para quem destruir vacina, insumos ou bens destinados ao enfrentamento da pandemia, além de uma proposta de superendividamento. No que se refere à reforma tributária, a comissão analisa, essencialmente, as propostas defendidas por congressistas, deixando o plano tributário do ministro Paulo Gue-

des (Economia) à margem da discussão. O governo resiste ao formato que tem mais força na Câmara por ver complexidade no texto que unifica impostos federais, estaduais e municipais com longo prazo de transição. A equipe econômica quer aprovar a fusão inicial apenas de PIS e Cofins, numa transição curta, e já vinha negociando com o relator da comissão, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a inclusão dessa medida na versão final. Mas o contato ficou escasso, principalmente no fim do ano passado, diante da disputa política em torno do comando da Câmara. Ribeiro é de grupo adversário Lira, aliado do governo. Apesar de o cronograma apresentado pela nova cúpula do Congresso dar celeridade à reforma tributária, integrantes do Ministério da Economia ainda estão receosos em relação à proposta a ser votada. Isso porque as mudanças dependem das negociações, inclusive políticas, e dos acordos no relatório de Ribeiro. A intenção é retomar uma relação mais próxima com o relator para que o plano de Guedes também possa ser incluído no relatório. O Ministério da Economia quer começar as votações com fatias mais consensuais da reforma. Entrariam primeiro a unificação dos tributos federais PIS e Cofins (projeto de lei já enviado pelo governo ao

Congresso) e a redução de Imposto de Renda para empresas e a taxação de dividendos. A avaliação de técnicos da pasta é a que reforma tributária defendida por líderes da Câmara pode resultar numa alíquota de imposto único (sobre o consumo) muito elevada, além de que produiria efeitos na economia apenas no futuro. Apesar dos rumores na Câmara, Lira manteve Ribeiro na relatoria da proposta e não desmanchou a comissão que analisa o tema. O governo esperava que, com a eleição de Lira, o ambiente seria mais favorável para que as propostas de Guedes na área tributária pudessem prevalecer. Além do projeto de Guedes

+ **Guedes diz que nova cúpula do Congresso gera confiança na retomada de reformas**

O ministro recebeu na noite desta quinta o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e marcou reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Os dois eleitos foram apoiados pelo presidente Jair Bolsonaro. "Foi uma vitória expressiva, uma vitória importante que nos deixa esperançosos e até confiantes na retomada da agenda de reformas. Estamos 100% à disposição do Congresso", disse Guedes.

para fundir PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), a comissão da reforma tributária analisa duas PECs (propostas de emenda à Constituição). Os dois textos trazem propostas mais amplas que o texto do governo. Uma delas é a PEC 45, da Câmara, que funde cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) em um só (o Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS) e cria um imposto seletivo para produtos específicos como cigarros e bebidas alcoólicas. A PEC 110, do Senado, é ainda mais abrangente ao fundir, além daqueles previstos na PEC 45, IOF, Salário-Educação e Cide-Combustíveis (a proposta também cria o imposto seletivo sobre cigarros e outros produtos). A tarefa da comissão agora é reunir as diferentes propostas. "A nossa missão, que não é fácil, é juntar tudo num texto só", disse o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão. O cronograma da reforma tributária foi anunciado nesta quinta. Os presidentes da Casa se reuniram para um café da manhã na residência oficial do Senado. Também participaram os relatores das propostas de reforma tributária na Câmara e no Senado, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e senador Roberto Rocha (PSDB-MA). No dia anterior, ambos divulgaram uma carta conjun-

ta com as prioridades do Congresso, sendo que aprova as reformas econômicas e agilizar a vacinação eram os pontos principais. De acordo com Pacheco, a reunião desta manhã tinha como meta discutir procedimentos para a tramitação da reforma tributária. Não estava na pauta tratar sobre o conteúdo das propostas. O presidente do Senado também disse que a prioridade da reforma tributária será a tramitação na comissão mista. Após a conclusão dessa etapa, será decidido em qual Casa o texto começa a andar. O colegiado analisa propostas em tramitação na Câmara e no Senado, bem como a enviada pelo governo, que trata da CBS. "É um amadurecimento que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que podemos concluir a reforma tributária no Congresso Nacional em seis a oito meses." O presidente da Câmara concordou e disse que não há preocupação sobre em qual Casa vai ter início a tramitação do texto da reforma. "Não vai haver briga por protagonismo em relação a essas reformas. Elas têm que andar constitucionalmente nas duas Casas, e pouco importará se começará em uma ou se findará em outra." **Danielle Brant, Renato Machado, Thiago Resende e Fábio Pupo**

Bolsonaro convoca Petrobras para discutir preço do óleo diesel

Daniel Carvalho

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) defendeu que o ICMS tenha um valor fixo em todos os estados e convocou ministros e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, para discutir o preço do diesel nesta sexta (5). "Ninguém está interferindo na Petrobras, mas você tem que saber qual a composição do preço final do diesel", disse Bolsonaro em sua live desta quinta-feira (4). O presidente já havia falado sobre o assunto mais cedo, durante viagem a Cascavel (PR).

Bolsonaro afirmou que a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) já foi zerada, que busca uma forma de zerar o PIS/Cofins, imposto federal, mas afirmou que o maior impacto é do ICMS, imposto cobrado pelos estados. Durante a transmissão, Bolsonaro disse que, a cada 500 litros de diesel, o consumidor paga R\$ 165 de imposto federal, mas que o valor do ICMS é muito maior. "Então, você, caminhoneiro, quando vai abastecer o caminhão, você tem que saber: de imposto para mim, que represento o Poder Executivo central, você paga R\$ 165 de PIS/Cofins. Isso é justo? É um valor razoável? Está alto, está baixo? E, agora, você sabe quanto você paga de ICMS? Duvido, porque em cada estado é um valor diferente." O presidente disse que o Congresso deveria aprovar uma lei que estabelecesse a cobrança de ICMS sobre o preço do óleo nas refinarias ou que houvesse um valor fixo para todos os estados. "Amanhã [sexta], tem que sair uma proposta, talvez um projeto de lei, e o Parlamento que decida", afirmou Bolsonaro sobre a reunião envolvendo os chefes dos ministérios da Economia, da Infraestrutura, de Minas e Energia, além do presidente da Petrobras. Pressionado pelos caminhoneiros — integrantes de sua base eleitoral, e que ameaçaram uma paralisação nesta semana —, Bolsonaro disse que estuda uma maneira de zerar o PIS/Cofins, mas esbarra no impacto financeiro que a medida implicaria. "Cada R\$ 0,01 que, porventura, queiramos diminuir o PIS/Cofins, você tem que arranjar uma maneira de conseguir em algum outro local, criando imposto ou majorando outro imposto R\$ 800 milhões. [...] Dá mais ou menos R\$ 26 bilhões. Estou disposto a buscar uma maneira para zerar", afirmou Bolsonaro. O presidente disse que não se trata de uma interferência na Petrobras e reclamou que, quando há aumento do preço dos combustíveis, a cobrança recai apenas sobre ele, não sobre os governadores. "O que não pode é, toda vez que aumenta o combustível, a responsabilidade vem para cima do governo central." O mercado, no entanto, interpretou as declarações como um risco de intervenção, e dólar e os juros futuros fecharam em alta. O juro para setembro de 2021 foi de 2,70% na véspera para 2,715%. O de julho de 2020 foi de 6,729% para 6,842%. A moeda americana fechou em alta de 1,49%, a R\$ 5,4490. O Ibovespa caiu 0,38%, a 119.260,82 pontos. Colaborou Júlia Moura, de São Paulo

COMITIVA SÓ DE HOMENS LIDERADA POR MINISTRO VISITA ERICSSON PARA 5G

O ministro Fábio Faria (Comunicações) visitou nesta quinta-feira (4) a fábrica da Ericsson (foto), na Suécia, em etapa da viagem, que prossegue até o dia 12, para conhecer fabricantes de equipamentos para o 5G que inclui também a Finlândia (Nokia), a Coreia do Sul (Samsung), o Japão (NEC) e a China (Huawei); ele pretende conhecer a indústria e investigar se as soluções de cada empresa para o 5G oferecem algum risco para a segurança dos dados que trafegarão pelas redes, quando elas estiverem em funcionamento no país; a expectativa é que o leilão das faixas de frequência, que será o maior da história pelo volume de licenças, aconteça ainda no primeiro semestre, provavelmente no fim de junho



Fábio Faria no Twitter